

China em África:

Notas de abertura da Conferência do IESE e SAIIA

09-09-2010

Carlos Nuno Castel-Branco

- 1) Boas vindas aos participantes;
- 2) Em especial aos que vêm de longe e que nos trazem comunicações e experiências
- 3) Enaltecer a cooperação com o SAIIA, instituição bem estabelecida e com muitos anos de trabalho. Cooperação faz parte da estratégia e da filosofia do IESE, pois entendemos que as redes de investigação podem ser o produto mais sólido, produtivo e duradouro do processo de investigação.
- 4) No processo de organização desta conferência, desenvolvemos contactos com investigadores nacionais e estrangeiros que se estudam a questão "China em África" e conseguimos, em alguns casos com o apoio do SAIIA, trazê-los aqui.
- 5) O processo de organização desta conferência também nos permitiu conhecer e começar a estruturar bases de dados sobre fontes de informação, sobre debates e abordagens, e sobre tipos de informação sobre as chamadas economias emergentes (com destaque, mas não exclusividade, para a China) e a sua relação com África (com destaque para Moçambique. Preocupamo-nos, em primeiro lugar, em conseguir descrever o que está a acontecer para, posteriormente, explicar porquê e entender os desafios. Daí a importância de ter boas fontes de informação, ter um bom enquadramento analítico global e particular dessa informação, e cooperar com instituições como o SAIIA.
- 6) Podemos definir três objectivos principais para esta conferência, a saber: (i) primeiro encontro de investigadores africanos e africanistas sobre a relação entre a África e a China a ter lugar em Moçambique, iniciando assim uma conversa e um debate; (ii) lançar e impulsionar o estudo da relação entre Moçambique e a China tomando em conta as dinâmicas africanas e as tendências mais gerais, assim como as particularidades e diferenças de experiências; e (iii) criar as bases para cooperação científica mais sistemática e concreta entre os diferentes investigadores e instituições envolvidos.

- 7) Embora esta conferência esteja centrada nas relações com a China, tanto o IESE como as restantes organizações e investigadores participantes entendem que as relações entre a África (ou Moçambique) e a China são afectadas e determinadas por uma complexa equação de relações, pressões, tensões e competição, que envolvem os diferentes países africanos, as economias emergentes (com destaque, além da China, para o Brasil e a Índia) e as restantes economias mundiais. Isto quer, portanto, dizer que as relações com a China não podem ser bem descritas nem entendidas se a sua análise não for enquadrada por essa complexa equação de relações, tensões, pressões e competição múltiplas e que se afectam mutuamente. É por isso que no IESE estamos a desenvolver a nossa abordagem com enfoque nas relações com economias emergentes, e não apenas com a China. Todavia, a questão da abordagem das economias emergentes não se pode circunscrever a mostrar que há outros intervenientes no processo, como, por exemplo, a Índia, o Brasil e o Vietname, além da China. A questão interessante é perceber como é que estes intervenientes se afectam mutuamente, e como é que os países africanos podem influenciar e estruturar as relações com essas economias.
- 8) A evidência mostra que estamos numa nova fase do *scramble for Africa*, em que as economias emergentes, à semelhança do que fizeram as economias capitalistas ocidentais mais intensamente a partir de finais do séc. XIX, se lançam na competição por recursos naturais (terra, água, recursos minerais e energéticos), na competição por oportunidades de expansão comercial e financeira, e na competição por oportunidades para imigração de zonas densamente povoadas da Ásia. No entanto, há algumas diferenças importantes em relação ao *scramble for Africa* do período da colonização. Primeira, os países africanos são hoje independentes, com os seus próprios governos e elites económicas e políticas mais estabelecidas e reconhecidas do que há meio século atrás. Logo, uma das particularidades do novo *scramble for Africa* é a negociação dos recursos, em vez de pura conquista, envolvendo a penetração do capital estrangeiro em estreita associação com capital nacional. Portanto, os interesses, aspirações e possibilidades políticas e económicas das classes dominantes africanas fazem parte integrante das dinâmicas estruturantes das relações com economias emergentes, ao mesmo tempo que os interesses e aspirações das economias emergentes geram dinâmicas de acumulação privada (em Moçambique, por exemplo) concentradas na rendarização dos recursos naturais, especulação imobiliária e financeirização. A dependência das grandes elites económicas africanas em relação ao capital internacional une, apesar das tensões, os interesses do capital nacional e internacional. Portanto, o estudo das relações África-China (ou economias emergentes) exige que consigamos ir para além de listas de números desconexos sobre crescimento económico, crescimento do emprego, crescimento do

comércio externo e do investimento. Sobretudo, é importante analisar os padrões de crescimento, investimento, emprego e comércio que se estão gerando e as dinâmicas políticas, económicas e sociais que daí emergem. Isto é igualmente real para o tratamento da questão da ajuda externa ou das relações com as tradicionalmente chamadas economias desenvolvidas.

Segunda, esta nova penetração em África faz-se num contexto de globalização do capital e do trabalho, que é determinada pelo poder e interesses das empresas e redes multinacionais e da competição entre si, e do seu sistema financeiro internacional. Logo, a globalização para África é vital para a expansão e consolidação das economias emergentes e das classes capitalistas dominantes africanas.

Terceira, conjunturalmente, esta penetração faz-se num contexto de crise económica internacional profunda. A crise dos fundamentos institucionais do capitalismo financeiro, a crise energética, os enormes desafios das mudanças climáticas, a crise alimentar estão a colocar pressões fortíssimas sobre o modelo capitalista de desenvolvimento seguido até aqui. A "solução" normal do capitalismo para as suas crises (que consiste em não resolver a crise mas passar os seus custos para uma outra fase do processo de acumulação e, inovando, fazer a engenharia financeira necessária para mais um ciclo de reprodução) não parece estar a funcionar agora. Esta crise coloca restrições de tipo e magnitude diferentes para as várias economias. Por exemplo, será este o momento ideal para que economias como a China, o Brasil e a Índia possam realizar a sua ofensiva de globalização para África porque as economias tradicionalmente chamadas desenvolvidas estão enfraquecidas? Será que essas economias emergentes têm todas as mesmas possibilidades? Em que medida é que elas são diferentes umas das outras e, por consequência, na sua competição globalizante perseguem alvos, ritmos e abordagens diferentes? Mesmo nessas economias existem crescentes desafios relacionados com o acesso a emprego, comida e serviços básicos. Até que ponto é que estas pressões internas podem ou não afectar as estratégias das economias emergentes que são, em grande medida, ditadas pelas suas multinacionais e potenciadas pelos seus Estados nacionais?

Nas economias africanas, estas pressões são ainda maiores. As recentes manifestações de rua em Maputo são um reflexo não só da crise internacional mas da concentração do crescimento das dinâmicas dominantes do crescimento económico na exploração de recursos naturais para exportação em bruto e no desenvolvimento da infra-estrutura necessária para esse tipo de economia. O crescimento económico pode ser muito rápido mas o processo de acumulação daí gerado não permite diversificar, articular e sustentar desenvolvimento, nem uma ampla distribuição

dos proveitos, nem a satisfação das necessidades básicas. Em jeito de parênteses, é interessante notar que as manifestações violentas de rua em Maputo (de 5 de Fevereiro de 2008 e de 1-3 de Setembro de 2010) se seguiram a relatórios extremamente optimistas do sistema financeiro internacional sobre a economia de Moçambique.

Como é que estas pressões, tensões, dinâmicas e desafios afectam e vão afectar as relações China-África? Os caminhos e opções não são necessariamente óbvios, claros e lineares.

- 9) Moçambique tem sido apresentado como um alvo de grande expansão da China. Se as notícias dos jornais internacionais e nacionais fossem todas verdadeiras, Moçambique estaria a receber mais de US\$ 1 bilião de dólares por ano de créditos ao governo e investimento privado chinês por ano; haveria, ou estaria para haver, milhares de cidadãos chineses em alguns dos vales mais férteis do país; todos os governantes moçambicanos estariam seriamente envolvidos em negócios com empresários chineses; madeireiros chineses ilegais já teriam desflorestado o centro e o norte de Moçambique, etc.. O problema é que a informação sobre as relações com a China é extremamente escassa, contraditória e exagerada num sentido ou noutro. O mundo das relações China-Moçambique é quase impenetrável, às vezes assemelhando-se a uma sociedade secreta. Evidentemente, isto cria dificuldades à problematização e estudo das relações com a China e minimiza as possibilidades dos actores moçambicanos não governamentais (desde académicos, analistas, grupos de pressão, cidadão mais comum) poderem entender o que se passa e contribuir para que esta relação seja mais útil para Moçambique. Esta conferência pode ser uma oportunidade para ajudar a abrir o espaço de discussão e análise.
- 10) Como é evidente, a conferência não vai produzir "soluções" ou "respostas" para todas estas questões – não é esse o seu objectivo, nem é esse o método de estudo e investigação. Muito positivo seria se as comunicações e o debate abrissem novos caminhos para futuro trabalho de investigação ajudando a focá-lo e a aprimorar os seus métodos, bem como a desenvolver ligações e redes de investigação mais sólidas. Certamente, a conferência vai permitir discutir diferentes experiências, abordagens, enfoques e temas relacionados com as relações China-África. A primeira parte, ocupando toda a manhã, vai ser dedicada à relação China-África; e a segunda parte, toda a tarde, será focada no tratamento da relação China-Moçambique. No final da sessão da tarde, pelas 17.00, teremos o lançamento de dois novos livros do IESE.